

Roberto da Silva Carvalho
Rodrigo da Cunha Carvalho
Diogo da Cunha Carvalho

LEI BRASILEIRA E IGREJAS EVANGÉLICAS

A Igreja à luz do
atual Código Civil
e da Constituição Federal

EDITORIA
WORLD PRESS

Lei Brasileira e Igrejas Evangélicas

O direito somente se ocupa em regular as instituições sociais em duas situações: quando deseja *protegê-las* e, com isso preservar valores essenciais para a coletividade, ou para discipliná-las, haja a vista serem berço de conflitos de interesses e conseqüente desarmonia social.

As Igrejas Evangélicas, porquanto instituições de relevante papel social, gozam muito mais da proteção das leis brasileiras do que propriamente sofrem sua disciplina. Por esta razão, deve-se analisar o texto não raro obscuro da lei civil sempre à luz dos princípios constitucionais.

A presente obra aborda os direitos e garantias fundamentais dispensados pela Constituição Federal às igrejas evangélicas, em especial a liberdade de culto, a liberdade de associação e o direito de reunião. Reserva também um capítulo exclusivo para a questão da imunidade tributária de “templos de qualquer culto”, repleto de exemplos jurisprudenciais e citações de renomados juristas.

Este livro apresenta a igreja na ordem privada, com comentários aos diversos artigos do atual Código Civil que tratam das associações, enfocando sua aplicabilidade nas igrejas evangélicas. No final de cada capítulo, conta ainda com uma análise pastoral dos temas, objetivando não perder de vista os preceitos bíblicos espirituais.

Ao final, contém o modelo de estatuto da Convenção Batista Brasileira, com sugestões de alteração propostas pelos autores, para análise.

Enfim, Lei Brasileira e Igrejas Evangélicas é uma obra que interessa a pastores, líderes, advogados, estudantes, professores e quem mais almeje aprofundar-se no saber jurídico.

Após sua leitura abrir-se-á um novo horizonte do direito brasileiro, principalmente a motivar um salto de atitude, tendo em vista o exercício contundente dos direitos e das garantias fundamentais relacionados às igrejas evangélicas no Brasil.

Os Autores

Roberto da Silva Carvalho, nascido em 1949, natural de Niterói, RJ, é Bacharel em Teologia, Licenciado em Filosofia e Bacharel em Direito. Advogado há mais de 16 anos e pastor batista há quase 30, hoje é pastor presidente da Primeira Igreja Batista em Cabo Frio, RJ, diretor e professor no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, Campus Cabo Frio, é ainda relator da Comissão de Assessoria Jurídica do Conselho de Planejamento e Coordenação, relator da Comissão de Assessoria Jurídica e Contábil para Adequação e Reforma de Estatutos e membro da Junta de Educação, todos da Convenção Batista Fluminense.

Rodrigo da Cunha Carvalho, advogado, nasceu em 1975 na cidade de Miracema, RJ, e concluiu o curso de Direito em 1998. É membro da Primeira Igreja Batista de Cabo Frio, RJ.

Diogo da Cunha Carvalho, advogado, nasceu no ano de 1978 em Miracema, RJ. É Bacharel em Direito desde 2001 e membro da Primeira Igreja Batista de Cabo Frio, RJ.

Os autores possuem escritório profissional em Cabo Frio, RJ, militando nas áreas de Direito de Família, Sucessões, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, além de prestarem assessoria a pessoas jurídicas, em especial, igrejas.

Índice

Prefácio, 15

Capítulo I - A Igreja na Constituição Federal

1. Liberdade de culto na constituição (CF, art. 5ª, VI e VIII), 19
 - 1.1. Liberdade de culto individual, 21
 - 1.2. Liberdade de culto coletiva, 24
 - 1.3. Limites à liberdade de culto, 26
2. Vedação à instituição de religião oficial e vedação ao embaraço estatal às igrejas (CF, art. 19, I), 29
3. Liberdade de associação (CF, art. 5º, XVII, XVIII, XIX e XX), 30
 - 3.1. Direito de criar associação, 31
 - 3.2. Direito de filiação, 32
 - 3.3. Direito de auto-organização e livre formação de órgãos, 32
 - 3.4. Direito de não admitir pessoas indesejáveis, 32
 - 3.5. Limites à liberdade de associação, 33
 - 3.6. Vedação de interferência estatal na associação, 34
4. Direito de reunião (CF, art. 5º, XVI), 34
5. Proteção constitucional à igreja, 36
- Visão pastoral, 38

Capítulo II - A imunidade tributária da Igreja

1. Conceito de imunidade (CF, art. 150, VI), 49
2. Abrangência do termo “templos de qualquer culto”, 54
3. Finalidades essenciais, 55
4. Impostos sobre patrimônio, 55
5. Impostos sobre rendas, 59
 - 5.1 Incidência sobre dízimos e ofertas, 59
 - 5.2 Incidência sobre outras receitas, 62
6. Impossibilidade de lei estabelecer requisitos para imunidade dos templos, 64
7. Impostos sobre serviços, circulação de mercadorias e riquezas e transmissão de bens, 70
8. Ministros e imposto de renda, 73
- Visão pastoral, 79

Capítulo III - A Igreja na ordem privada

1. Direito e religião, 81
2. Igreja como instituição relevante para o direito, 84
3. Igreja no direito público e no direito privado, 86
4. Igreja e direito do trabalho, 89
5. Igreja e direito civil, 91
 - 5.1. Noções gerais de direito civil, 91
 - 5.1.1. Princípio da Legalidade, 91
 - 5.1.2. Normas cogentes e normas dispositivas, 92

| | |
|---|--|
| 5.1.3. Artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42, 93 | |
| 5.2. Conceitos gerais sobre o direito das pessoas, 93 | |
| 5.2.1. Pessoas, 93 | |
| 5.2.2. Personalidade jurídica, 94 | |
| 5.2.3. Capacidade, 97 | |
| 5.3. O Código Civil de 2002, 99 | |
| 5.3.1. Histórico, 99 | |
| 5.3.2. Comentários dos artigos do Código Civil mais relevantes para a igreja, 100 | |
| Visão pastoral, 123 | |
| Anexo – Modelo de estatuto da Convenção Batista Brasileira e sugestões de alteração para análise, 127 | |

Prefácio

Caro leitor, você tem em mãos um trabalho de valor inestimável para a vida da Igreja de Cristo aqui no Brasil.

A presente obra, Lei Brasileira e Igrejas Evangélicas, é um trabalho de Direito elaborado com grande zelo intelectual, pedagógico e cristão por profissionais competentes.

Os autores, os advogados, Diogo Cunha Carvalho, Rodrigo da Cunha Carvalho e Roberto da Silva Carvalho, são profissionais com vivência tanto no campo jurídico quanto com no campo pedagógico e eclesiástico. Aliás, o Dr. Roberto da Silva Carvalho tem trabalhado como pastor e como advogado por mais de 15 anos, e atualmente é o pastor presidente da Primeira Igreja Batista em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Os autores conseguem juntar no presente livro profundidade de conteúdo com acessibilidade de comunicação.

A profundidade da obra revela-se no zelo e no rigor técnico, nas obras jurídicas consultadas e citadas. Assim sendo, eles, os autores, buscam informar sem deformar.

A acessibilidade da comunicação é visível na linguagem amena, no conteúdo apresentado na forma lógica das exposições de cada idéia através, inclusive, de exemplos contundentes.

O livro tem três capítulos que abordam tudo aquilo que diz respeito a Igreja na Constituição Federal do Brasil bem como no Novo Código Civil.

Destarte, você tem ao seu alcance agora um trabalho primoroso tanto do ponto de vista intelectual, quanto do ponto de vista espiritual. O livro, embora técnico, é claro, simples, objetivo e fácil de ser lido e assimilado.

Este livro não é matéria que interessa apenas advogados ou pastores. Em sua amplitude ele é extremamente útil para administradores, contadores, economistas, seminaristas e crentes em geral.

Aqueles líderes de igreja que em geral sofriam porque não tinham um mínimo de conhecimento jurídico, e que por isso mesmo estavam sempre inseguros para tomar decisões importantes e cruciais para a vida de sua igreja à luz do Direito em nossa sociedade, agora têm um obra que vem preencher uma lacuna que há muito era reclamada.

O pastor e a igreja não podem ser ludibriados. Mas este é um risco que se corre em nossa sociedade quando se ignora os direitos e deveres. E como se sabe, o Direito não socorre os que dormem. De onde se conclui que na vida em sociedade é preciso que a igreja e em especial seus líderes estejam despertos.

O presente volume vem ajudar a todos nós nesse despertar de consciência jurídica da Igreja. Se para todo o cidadão é fundamental a consciência dos seus direitos e deveres dentro da sociedade, o que diremos, então, da igreja? É urgentíssimo a tomada dessa consciência.

Espero que você possa extrair o melhor proveito deste texto. Eis o que lhe desejo de coração. Que Deus lhe abençoe ao longo da leitura das páginas a seguir.

Cabo Frio, 10 de julho de 2003

Pastor Washington Roberto Nascimento
Pastor da Igreja Batista São em São Pedro da Aldeia
Mestre em Teologia e Pedagogia
Professor no Campus Avançado do Seminário do Sul do Brasil em Cabo Frio da Convenção
Batista Brasileira
Professor no Campus Avançado do Seminário Teológico Batista Fluminense da Convenção Batista
Fluminense

APRESENTAÇÃO

Por sua natureza espiritual, a igreja tem a Bíblia como única regra de fé e prática e não compromete suas crenças ao ser confrontada por leis humanas.

Pode-se afirmar que a relação entre a igreja evangélica no país e as leis tem sido pacífica. Dificuldades experimentadas num passado não muito distante decorreram, sem dúvida, mais da intolerância religiosa e da parcialidade de algumas autoridades do que em virtude de sanções impostas pelo braço da lei.

No Brasil, onde se desfruta da liberdade constitucional de crença e culto, respeitar a lei não tem sido motivo de provação para o *Corpo de Cristo*, mas sim de fortalecimento de sua instituição enquanto pessoa jurídica de direito privado.

Recebemos o atual Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, com algumas novidades que dizem respeito à Igreja – agora classificada como associação – quanto à sua organização, estrutura e forma de funcionamento, trazendo consigo a necessidade da adequação do estatuto no prazo limite de 11 de janeiro de 2004. Urge que os pastores e igreja conheçam suas disposições.

O Código Civil não tem a pretensão de mudar a estrutura eclesiástica e tampouco foi encomendado para intervir na vida da igreja.

Sua proposta é dizer que o Estado está presente e a ele compete regulamentar o exercício da liberdade de associação, visando, sobretudo, impedir que as entidades usem a máscara da moral para acobertarem a prática de atos ilícitos, tais como lavagem de dinheiro, remessa irregular de

divisas para o exterior etc. Só devem se preocupar as associações religiosas desestruturadas ou as que se prestam à prática de atos contrários à lei.

Pretendemos com esta obra não só comentar o texto legal no que versa sobre as associações, trazendo assim preciosos subsídios para que a igreja possa adequar seu estatuto e sua estrutura de funcionamento ao atual Código Civil. Nossa intenção vai um pouco além, pois há outras normas relativas à igreja e, tão importante quanto adequar seu estatuto aos dispositivos da nova legislação civil, é conhecer as liberdades constitucionalmente garantidas, a imunidade tributária e as obrigações trabalhistas.

A igreja e seus líderes religiosos, que se submetem às *leis de Deus*, devem também conhecer as *leis dos homens*, para se resguardar de eventuais constrangimentos e, principalmente, para tomar posse dos direitos e garantias fundamentais consagrados no nosso ordenamento jurídico.

Os autores

1

A IGREJA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1 LIBERDADE DE CULTO NA CONSTITUIÇÃO (CF, art. 5º, VI e VIII)

“Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

VI - é inviolável a liberdade de consciência e crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;

(...)

VIII – Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”.

No Brasil nem sempre foi assim. Como herança da tradição católica portuguesa dos tempos coloniais, a Constituição de 1824, a primeira a partir da independência do país, restringia a liberdade de culto, mas já consagrava a plena liberdade de crença. Imperava à época o monopólio do *catolicismo* como religião oficial, sendo somente permitido às demais religiões a realização de cultos domésticos, vedada a construção de templos.

Extinta a monarquia com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o país abriu novos horizontes para as liberdades individuais, inclusive as de expressão e de culto, seguindo os ideais de um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Daí, a Constituição que inaugurou a era republicana, em 1891, demoliu de uma vez por todas o pedestal cívico da religião oficial, consagrando o conceito moderno de *Estado laico* ou *leigo* no Brasil.

Na atual Carta Magna, a *inviolabilidade de crença* também engloba a proteção à *liberdade de culto* e suas liturgias. Tal liberdade se irradia isonomicamente, de forma a atingir todas as espécies de crenças e convicções religiosas, garantindo a criação ou importação de qualquer religião em território nacional, seja ela cristã, muçulmana, budista, judaica etc, desde que respeitados certos limites estabelecidos pela própria Constituição.

Tendo em vista que a Constituição Federal foi promulgada “sob a proteção de Deus” é questionável se a liberdade de crença legitima as *seitas demoníacas*, que seriam a negação da partícula inaugural do Texto Supremo. Neste sentido: MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. 6. vol. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 180.

Nas palavras de Alexandre de Moraes,

“a abrangência do preceito constitucional é ampla, pois sendo a religião o complexo de princípios que dirigem os pensamentos, ações e adoração do homem para com Deus, acaba por compreender a crença, o dogma, a moral, a liturgia e o culto. O constrangimento à pessoa humana de forma a renunciar a sua fé representa desrespeito à diversidade democrática de idéias, filosofias e a própria diversidade espiritual”.

A *liberdade de crença* se dirige tanto ao indivíduo quanto à igreja coletivamente. Estudaremos cada um desses aspectos parte a parte.

(...)

2 Vedação À INSTITUIÇÃO DE RELIGIÃO OFICIAL E VEDAÇÃO AO embaraço estatal às igrejas (CF, ART. 19, I)

Se já não bastasse a liberdade de crença integrar o rol dos direitos e garantias fundamentais, o legislador constituinte proibiu expressamente a interferência abusiva do poder público na igreja. Como desdobramento deste princípio, é também vedado ao Estado instituir impostos sobre templos religiosos (art. 150, VI, b).

A Constituição Federal, em seu art. 19, I, assim dispõe:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

3 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (CF, art. 5º, XVII, XVIII, XIX e XX)

“Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”;

(...)

3.1 Direito de criar associação

A Constituição Federal de 1988 prevê a plena *liberdade de associação* para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Isto significa dizer que a Lei Maior garante a quaisquer pessoas que compartilhem de um objetivo comum o direito de se unirem em associação, independentemente de autorização do governo, salvo raros casos explicitados em lei.

No processo de criação da associação, porém, devem ser observadas as normas civis pertinentes ao registro do ato constitutivo no órgão governamental competente. Anote-se que não se trata de limitação à liberdade de associação, mas tão somente à regulamentação do exercício de tal direito.

Uma vez obedecidas as formalidades legais, podem-se criar associações para os mais variados fins, como, por exemplo, associações de bairros, de prestação de serviço comunitário, de fins religiosos, de ex-alunos de uma determinada escola, de torcedores de certo time de futebol e de praticantes de pára-quedismo, o que implica em uma gama ilimitada de possibilidades.

(...)

3.4 Direito de não admitir pessoas indesejáveis

O *direito de autodeterminação* legitima a negativa de ingresso de pessoas que não preencham os requisitos estabelecidos no estatuto. A liberdade de filiar-se a uma associação está condicionada à obediência aos pressupostos de admissão instituídos pela própria associação.

Uma vez estabelecidos no estatuto os requisitos para a admissão do associado, o indivíduo que não os satisfizer não poderá exigir sua filiação. É, portanto, constitucionalmente *garantido* à associação a *não-admissão* de pessoas que não se enquadrem nos moldes previstos no estatuto.

(...)

4 DIREITO DE REUNIÃO (CF, art. 5º, XVI)

“Art. 5º (...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”;

(...)

A Constituição não exige autorização, mas mera comunicação prévia à autoridade competente, com o único intuito de que esta tome as providências de estilo para garantir a harmonização entre a reunião e os que dela não participam, tais como a vigilância do trânsito e a disponibilização de reforço policial. O aviso à autoridade, além de garantir a segurança e a ordem pública, serve para evitar a realização de outra reunião no mesmo local e hora.

(...)

VISÃO PASTORAL

(...)

Nós, evangélicos, somos abençoados por Deus pelo país em que vivemos. O Brasil é um país extremamente tolerante e equilibrado, onde até em muitas Câmaras de Vereadores o início de cada sessão é precedido da leitura da Bíblia.

Entretanto, não devemos confundir liberdade religiosa com insubordinação às autoridades constituídas e nem violação dos direitos individuais alheios. Temos um papel determinante para que as liberdades religiosas permaneçam plenas em âmbito nacional.

A criação de leis limitadoras da nossa liberdade de culto está intrinsecamente relacionada com nossa maneira dela usufruir. Se de forma benéfica, em favor da ordem e do interesse público, contribuiremos para a solidificação ainda maior de nossas liberdades religiosas. Por outro lado, se nocivamente, a ponto de desrespeitar o Estado e ofender os indivíduos, corremos o risco de, semelhantemente ao que ocorreu nos Estados Unidos, os direitos e garantias fundamentais serem interpretados mais a favorecer ao cético do que ao crente.

Pedro, em sua primeira Carta, no capítulo 2, versos 13 e 14 assim escreve:

“Sujeitai-vos a toda autoridade humana por amor do Senhor, quer ao rei, como soberano, quer aos governantes, quer aos governadores, como por ele enviados para castigo dos malfetores, e para louvor dos que fazem o bem”.

(...)

2

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DA IGREJA

1 CONCEITO DE IMUNIDADE (CF, art. 150, VI)

Dispõe o artigo 150 da Constituição Federal:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos em lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

(...)

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas”.

(...)

A imunidade não constitui mera benesse do legislador constitucional. Encontram fundamento em que a sociedade - leia-se o povo, como titular do poder constituinte - consagra tamanho valor a determinadas *instituições*, reconhecendo sua importância na persecução dos próprios objetivos do Estado, que proibiu este de tributar aquelas, a fim de evitar embaraços a seu funcionamento e, em última análise, prejuízo para a própria coletividade.

(...)

2 ABRANGÊNCIA DO TERMO “TEMPLOS DE QUALQUER CULTO”

A jurisprudência e a doutrina nacionais têm entendido a expressão “templos de qualquer culto” como sendo tudo que esteja ligado ao exercício da prática religiosa. Estão acobertados pelo manto da imunidade todos aqueles bens, atividades ou rendas que visam a consecução dos fins essenciais da instituição.

(...)

4 IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO

O termo “templo” se estende não somente sobre o prédio utilizado para cultos, mas também sobre todos os bens móveis e imóveis adquiridos em consonância com os fins estatutários. Assim, a casa pastoral, a casa do zelador, os utensílios do templo e o veículo da igreja são imunes de IPTU, ITR, IPVA e qualquer outro imposto cujo *fato gerador* seja a propriedade.

(...)

6 IMPOSSIBILIDADE DE LEI ESTABELECEER REQUISITOS PARA IMUNIDADE DOS TEMPLOS

Nas alíneas *a*, *b* e *d*, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, figuram os casos de *imunidade incondicional*, tratando-se de dispositivos constitucionais de eficácia *plena* e *imediata*. A norma infraconstitucional é impotente para limitar a imunidade conferida aos templos de qualquer culto, bem como a imunidade recíproca dos entes federativos ou a imunidade dos livros, jornais e periódicos.

Conforme ensina Bernardo Ribeiro Dantas, a imunidade tributária é matéria sob reserva da Constituição e tem voz dirigida às entidades tributantes, vedando a instituição de imposto e alcançando indiretamente a competência tributária.

(...)

7 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E RIQUEZAS E TRANSMISSÃO DE BENS

A imunidade sobre “templos de qualquer culto” elimina a incidência do ISS (Imposto Sobre Serviços) e do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), bem como do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e do CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras, que tem natureza jurídica de imposto) -, tanto os imbutidos nas

contas de água, telefone, luz e transações bancárias, como os relativos à venda de mercadorias e serviços.

(...)

8 MINISTROS E IMPOSTO DE RENDA

Questão discutível é a incidência de Imposto de Renda sobre a renda eclesiástica dos ministros religiosos. Afinal, o sustento ministerial é tributável? Entendemos que não, pelas razões que se seguem.

O ofício do pastor evangélico não configura relação de emprego para com a igreja dada sua natureza vocacional espiritual, conforme entendimento já pacificado por ampla jurisprudência, como se apreende das seguintes decisões:

(...)

3

A IGREJA NA ORDEM PRIVADA

(...)

5.3.2 Comentários aos artigos do Código Civil mais relevantes para a igreja

TÍTULO II DAS PESSOAS JURÍDICAS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado [1]:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

Parágrafo único. As disposições concernentes às associações aplicam-se, subsidiariamente [2], às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

(...)

Capítulo II DAS ASSOCIAÇÕES

53. Constituem-se as associações [1] pela união de pessoas [2] que se organizam para fins não econômicos [3].

Art. 53, parágrafo Único. Não há, entre associados, direitos e obrigações recíprocos [4].

[1] *A igreja como associação.* As igrejas, que pelo revogado regramento eram *sociedades religiosas*, na atual disciplina são classificadas como *associações*, se encaixando perfeitamente na moldura descrita pela norma em destaque.

Assim, doravante, não só as igrejas evangélicas, mas todas as pessoas jurídicas de direito privado formadas por pessoas e sem fins lucrativos são denominadas *associações*. A esta definição se enquadram, além das igrejas, as associações de moradores, as de assistência a viciados e excepcionais, as de músicos etc.

[2] *União de pessoas.* O fato de ser uma união de pessoas é o que basicamente distingue uma *associação* de uma *fundação*, pois esta última é uma *reunião de bens* e não de pessoas, criada por escritura pública ou declaração de última vontade (*testamento*), visando um fim específico e sem interesse econômico.

[3] *Fins não econômicos.* Ao determinar o artigo em tela que as associações somente podem ser constituídas para fins *não econômicos*, há aqueles que vislumbram dificuldades na captação de recursos pela entidade, vez que até mesmo uma simples “cantina beneficente” poderia se enquadrar no conceito de *atividade econômica*, ainda que a renda dela decorrente seja revertida integralmente na manutenção da própria associação.

Juristas apontam que, em sendo *atividades econômicas* uma expressão por demais abrangente, que compreende todas aquelas capazes de gerar riquezas, o ideal seria que o legislador tivesse vedado às associações o exercício de *atividades lucrativas*.

(...)

Art. 54. Sob pena de nulidade [1], o estatuto das associações conterá [2]:

I – a denominação [3], os fins [4] e a sede da associação [5];

II – os requisitos para a admissão [6], demissão [7] e exclusão dos associados [8];

III – os direitos e deveres dos associados [9];

IV – as fontes de recursos para sua manutenção [10];

V – o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos [11];

VI – as condições para alteração das disposições estatutárias [12] e para a dissolução.

(...)

[4] *Fins.* A finalidade da igreja é estritamente religiosa, tendo como atividades principais prestar culto a Deus, pregar o evangelho, batizar, ensinar as doutrinas bíblicas, dentre outras, sempre com fulcro na Palavra de Deus e na cultura da fé cristã. Mas nada impede que se insira no estatuto outras finalidade secundárias, como a ação social e a beneficência.

A jurisprudência tem apontado que “fins estatutários” são o mesmo que “finalidades essenciais”, tanto para efeitos tributários, quanto civis. É recomendável que os *fins* estejam perfeitamente delineados, ao mesmo tempo genérica e especificamente, para evitar que atividades

contextualmente religiosas, mas alheias ao estatuto possam caracterizar abuso ou desvio de finalidade, o que poderia acarretar responsabilização pessoal dos administradores ou até mesmo a *desconsideração da personalidade jurídica* e, por conseguinte, sujeição do patrimônio particular (art. 50).

Deve-se explicitar no estatuto que a igreja não remunera diretores e nem distribui lucros, dividendos, bonificações ou vantagens de seu patrimônio ou renda entre administradores ou membros.

(...)

Art. 57. A exclusão do associado [1-2] só é admissível [3] havendo justa causa [4], obedecido o disposto no estatuto; sendo este omissivo, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para este fim [5].

Parágrafo único. Da decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão [6], caberá sempre recurso à assembléia [7].

[1] *Exclusão abusiva*. O legislador revela nesse ponto sua preocupação quanto às *exclusões arbitrárias* ou *infundadas*. É constitucionalmente assegurado ao indivíduo o direito de filiar-se e manter-se filiado à qualquer associação enquanto cumprir as regras internamente traçadas no estatuto.

Qualquer *exclusão arbitrária*, ou seja, em desrespeito às leis e ao estatuto, ou *infundada*, isto é, sem provas, significa desrespeito à liberdade de associação, podendo o interessado se socorrer do Poder Judiciário para reparar o dano, tanto na esfera cível quanto criminal, requerendo inclusive indenização.

(...)

[4] *Exclusão por justa causa*. A exclusão por justa causa deriva da liberdade de associação a do direito de auto-regulação da Igreja, que garantem a criação de seu próprio elenco de motivos ensejadores da expulsão do membro indesejável.

Importa ressaltar que, por se tratar de terreno escorregadio, a questão deve ser cercada de todos os cuidados possíveis para que a Igreja não seja taxada de preconceituosa e intolerante. A repulsa eclesial deve recair sobre a *conduta humana* e nunca sobre a *pessoa humana*. O que a igreja repudia é a prática de determinados atos porquanto incompatíveis com o estilo de vida cristão.

[5] *Exclusão por motivo grave*. Pode a exclusão ser decretada pela ocorrência de motivos graves, assim entendidos aqueles que, embora não descritos como *justas causas*, provocam a repulsa da associação de modo a merecer a pena capital.

Mais uma vez a lei garante à associação o direito de se auto-regular. Tal norma visa proteger a ordem e o bem estar interno da associação, tendo por fundamento a impossibilidade humana de prever todas as situações futuras, sendo irrazoável exigir que o estatuto estabeleça de antemão todas as hipóteses possíveis de faltas graves. Sabedor disto, o legislador ampliou o poder disciplinador da associação para atingir até mesmo as condutas não tipificadas.